



Ata da 17ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 01 de junho de 2021.

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e vinte e cinco minutos, a Décima Sétima Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Nona Legislatura. Conforme o registro de chamada, foram constatadas as ausências dos Vereadores Arildo Tomaz Bucker e Sílvio Coelho Neto. / Na abertura dos trabalhos, o Edil Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / A seguir, foram executados os Hinos Nacional Brasileiro e o do Município de Cachoeiro de Itapemirim, conforme previsão regimental. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projetos de Lei:** 49 e 50/2021 – Leonardo Cleiton Camargo. **Indicações:** 3082, 3088, 3090, 3094, 3097, 3100, 3103, 3105 e 3107/2021 – Adriano Pereira Verediano; 2928, 2929, 2930, 2931, 2932, 2938, 2939, 2940, 2941, 2942, 2943 e 2974/2021 – Alexandre Andreza Macedo; 2950, 2951, 2952 e 2953/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 2933, 2934, 2935, 2936, 2937, 2970, 2971, 2972 e 3014/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 2958, 2959, 2960, 2961, 2962 e 2963/2021 – Arildo Tomaz Bucker; 3053, 3055, 3056, 3070, 3071 e 3072/2021 – Brás Zagotto; 2965, 2966, 2967, 2968 e 2969/2021 – Delandi Pereira Macedo; 2913, 2914, 2915, 2916, 2917, 2918, 2975, 2976, 2977, 2978, 2979, 2980, 2981, 2982, 2983, 2984, 2985, 2986, 2987, 2988, 2989, 2990, 2991, 2992, 2993, 2994, 2995, 2996, 2997, 2998, 2999, 3000, 3001, 3002, 3003, 3004, 3005, 3006, 3007, 3008, 3009, 3010, 3011, 3012 e 3013/2021 – Diogo Pereira Lube; 3051/2021 – Ely Escarpini; 2944, 2964, 3023, 3024, 3025, 3026, 3027, 3028, 3029, 3030, 3043 e 3156/2021 – Evandro Miranda; 3084, 3085, 3086, 3087, 3091, 3092, 3093, 3095, 3096, 3098, 3099, 3101, 3112, 3113, 3114 e 3118/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 3054, 3059, 3061, 3062, 3064, 3065, 3067, 3068, 3069, 3074, 3075, 3076, 3078, 3079, 3115, 3116 e 3117/2021 – Leonardo Cleiton Camargo; 2907, 2908, 2909, 2910, 2911 e 2912/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 2921, 2922, 2923, 2924, 2925, 2926, 2927, 2949 e 2973/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 2957 e 3018/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; 2920, 3031, 3032, 3033, 3034, 3035, 3036, 3037, 3038, 3039, 3040, 3041, 3042, 3045, 3046, 3050, 3081 e 3083/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 2946, 2948, 3052, 3057, 3058, 3060, 3063, 3066, 3073, 3077, 3080, 3153, 3154 e 3155/2021 – Sebastião Ary Corrêa; 3015, 3016, 3017, 3019, 3020, 3021, 3022, 3044, 3047, 3048, 3049, 3089, 3102, 3104, 3106, 3108, 3109, 3110 e 3111/2021 – Sílvio Coelho Neto. **Requerimentos:** *Pedidos de Informação:* 84 e 86/2021 – Diogo Pereira Lube; 83/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; *Votos de Congratulação:* 132/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 130 e 133/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 131/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; *Votos de Pesar:* 62/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 65/2021 – Evandro Miranda; 64/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 63/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 66/2021 – Sebastião Ary Corrêa. **Projetos de Decreto Legislativo:** 98 e 102/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 90, 91, 92 e 103/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 93/2021 – Brás Zagotto; 106/2021 – Diogo Pereira Lube; 89 e 94/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 109, 110 e 111/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra; 104, 105 e 108/2021 – Sandro Dellabella Ferreira; 95, 97 e 107/2021 – Sebastião Ary Corrêa. / Em seguida, a pedido do Vereador Leonardo Pinheiro Dutra, foi observado um minuto de silêncio pelos falecimentos do Sr. Camilo Cola e da Sra. Renata Costa Moulais, sobrinha

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



do ex-vereador Lucas Moulais. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Fala sobre o aumento discrepante de IPTU, que variou entre 100% e 500%. Inclusive relata que, há pouco, os vereadores tiveram uma reunião com o secretário de Governo para que fossem dadas algumas explicações sobre esse aumento. Informa que o projeto que trata da Planta Genérica, aprovado pela Câmara no ano passado, não tem nada a ver com esse aumento de IPTU, que foi baseado no recadastramento feito pela Prefeitura, sendo um ato discricionário do Executivo. Diz que, segundo o secretário, não havia aumento de IPTU há muito tempo; porém, salienta que, devido à pandemia, a situação econômica está complicada para todos e, portanto, este foi o pior momento para o reajuste do referido imposto. Comenta que o secretário de Fazenda já foi convocado, informalmente, para comparecer à Câmara e prestar esclarecimentos sobre essa questão. Registra que também foi agregada ao IPTU a taxa de lixo, baseada em lei federal. Conta que questionou ao secretário sobre essa taxa ser cobrada três vezes da mesma residência, ou seja, da garagem, do terraço e da casa. Informa que os vereadores estão buscando informações para repassar à população, que já está sofrendo muito com a pandemia, a qual vem tirando vidas, empregos e renda. / **Brás Zagotto:** — Diz que todos foram pegos de surpresa com o aumento abusivo do IPTU em Cachoeiro. Inclusive ressalta que em algumas residências o aumento foi de 1000%. Cita que um morador do Bairro Nova Brasília pagou 380 reais de IPTU no ano passado e, agora, o valor subiu para 2 mil 340 reais, e outro, do Bairro Vila Rica, pagou 600 reais em 2020 e, este ano, subiu para 3 mil 243 reais. Registra que convidou o secretário de Governo para, antes de a sessão ser iniciada, ele dar explicações aos vereadores sobre esse assunto. Esclarece que a Câmara não teve nada a ver com o aumento de IPTU, que foi baseado no levantamento dos imóveis realizado por uma empresa contratada pela Prefeitura, a qual utilizou até drones para fazer isso. Fala de sua indignação quanto a esse aumento e registra que os vereadores vão defender o povo. Inclusive informa que o secretário de Fazenda virá à Câmara na próxima terça-feira para dar explicações sobre esse aumento. Menciona que a taxa de lixo, cujo valor é de 112 reais, foi cobrada três vezes da mesma residência, o que também precisa ser revisto. Lembra que a população está vivendo uma crise financeira devido à pandemia, razão pela qual esse aumento de IPTU deve ser bem analisado pela Prefeitura. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Ressalta que os vereadores estão sendo cobrados quanto à taxa de lixo e ao aumento de IPTU, mas não têm uma resposta para dar à população. Considera uma vergonha essa cobrança absurda de IPTU neste momento em que a população passa por grande dificuldade financeira devido à pandemia. Destaca também que o processo seletivo da Prefeitura foi uma piada e até motivo de reclamação, pois as pessoas não entenderam como ele funcionou. Diz-se preocupado porque nem todos os que têm diploma sabem exercer determinadas funções. Sugere que alguns serviços da Prefeitura sejam terceirizados para que possam funcionar melhor, sem contar que isso ainda vai gerar empregos para a população. / **Diogo Pereira Lube:** — Registra que também foi pego de surpresa com esse aumento de IPTU, inclusive confirma que os vereadores tiveram uma reunião com o secretário de Governo para falar a respeito disso e da taxa de lixo. Avalia que a cobrança dessa nova taxa e a correção do imposto, que não era reajustado há dezenove anos, estão sendo feitas em um momento em que a população enfrenta grande dificuldade financeira devido à pandemia. Pergunta se a população cachoeirense vai ter dinheiro para pagar o aumento de IPTU, que chega a 600%. Indaga também se a Prefeitura comunicou à população que foi feito um recadastramento imobiliário, através de visitas e com a utilização de drones. Assim, fala sobre a importância de o secretário de Fazenda ser convocado, de forma oficial, para comparecer à Câmara na próxima terça-feira, não só para dar uma justificativa para esse reajuste, como também para apontar uma saída para essa situação, inclusive informando se há possibilidade de isenção, de procrastinação ou de parcelamento maior desse imposto. Analisa que



grande parte dos cachoeirenses vai entrar em Dívida Ativa e, portanto, a Prefeitura não arrecadará o que espera este ano. Diz que esse aumento enorme só se justificaria se a Prefeitura resolvesse todos os problemas da cidade, o que não ocorrerá. Alerta que, no próximo ano, haverá outra avaliação dos imóveis e o IPTU será corrigido novamente. Enfatiza que a Câmara está fazendo muito bem o seu papel de mediar e cobrar a respeito dessa situação, sendo que o Poder Executivo tem o dever de apresentar uma solução para o problema. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que o aumento de IPTU veio em um momento de grande aflição social e financeira para todos. Registra que a Prefeitura não teve outra escolha, a não ser instituir a taxa de lixo, a qual foi aprovada e encaminhada aos Municípios pelo Congresso Nacional, através de lei federal. Quanto à atualização do IPTU, salienta que o governo deve considerar o momento difícil vivido por todos e escalonar esse aumento. Inclusive lembra que mais de 60% dos brasileiros não estão conseguindo levar o alimento para suas famílias. Então, diz que a vinda do secretário de Fazenda à Câmara, na próxima terça-feira, será importantíssima para que seja dada uma solução a esse aumento de IPTU. Conta que foram cobrados quatro IPTU's de uma mesma residência, localizada no Bairro IBC, e, conseqüentemente, quatro taxas de lixo. Informa que esse proprietário precisa pedir a incorporação das áreas de garagem e de piscina à residência para que seja cobrada apenas uma taxa de lixo. Repete que é preciso haver compreensão por parte do Município para rever esse reajuste, já que o momento é de grande dificuldade para todos. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Comenta que, no processo seletivo anterior, há três anos, os profissionais que se inscreveram como auxiliares de serviços gerais podiam exercer as funções de auxiliar de farmácia e de recepcionista, mas, dessa vez, o Ministério Público não permitiu isso. Frisa que, mesmo como líder do governo, não dá para defender o indefensável, já que houve falta de responsabilidade para com os funcionários. Acrescenta que faltou programação por parte do responsável pelo processo seletivo, pois o Município não pode ficar, por exemplo, sem cozeiro, que foi demitido na semana passada e só será recontratado na próxima. Ressalta que o Ministério Público é apenas um órgão; assim, os Poderes Executivo e Legislativo devem debater as determinações dessa entidade quando elas não forem favoráveis aos interesses da população. Salienta que não tem explicação o PSF de Itaoca estar sem recepcionista e sem auxiliar de farmácia. Conta que, quando as profissionais que atuavam nesses cargos apresentaram seus documentos por ocasião do processo seletivo, foi constatado que elas estavam inscritas como auxiliares de serviços gerais e não foram aprovadas. Informa que ninguém da administração esclareceu aos servidores em qual função eles deveriam fazer suas inscrições nesse processo. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra que os vereadores conversaram com o prefeito sobre o processo seletivo. Menciona que os inscritos nesse processo não tiveram contabilizados os pontos conquistados antes de 2019 e, assim, os profissionais mais antigos e competentes acabaram sendo desclassificados. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Sugere que seja feita a extensão do contrato dos servidores por mais trinta dias até que se resolva o problema do processo seletivo. Deixa registrado o seu descontentamento com todos os secretários, principalmente com o de Administração, pelo posicionamento que tiveram quanto ao processo seletivo, o qual acabou prejudicando as pessoas que precisam trabalhar. / **Paulo Grola:** — Agradece aos vereadores que, ontem, estiveram na curva da morte, na serra de Soturno, para tratar da construção de uma caixa de brita naquele local, com vistas a evitar que ocorram acidentes graves lá. Coloca-se à disposição de todos os colegas para ajudá-los em qualquer manifestação como aquela feita em Soturno. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que a maioria dos vereadores esteve na agenda marcada pelos colegas Paulo e Léo Cabeça, na serra de Soturno. Diz que os Poderes Executivos Municipal e Estadual falharam por não terem enviado representantes para participar daquela reunião. Inclusive cita que o Coronel Daróz ficou pouquíssimo tempo lá. / **Aparteando Alexandre Andreza Macedo:** — Justifica a sua ausência



na reunião por ter tido outro compromisso e parabeniza os Vereadores Paulo e Léo Cabeça, que demonstraram comprometimento com aquela comunidade. Também parabeniza o Presidente Brás, que tem conseguido levar a maioria dos vereadores nessas agendas externas. Lamenta que nenhum representante do Executivo tenha participado dessa reunião. / **Paulo Grola:** — Frisa que essa obra não é de Soturno, e sim de Cachoeiro, Vargem Alta e de todos os que utilizam aquela rodovia. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Agradece à Márcia, Presidente da Câmara Municipal de Rio Novo do Sul, por ter acompanhado, do início ao fim, essa agenda em Soturno. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Informa que não pôde participar dessa agenda, porque teve que levar a sua esposa para fazer a revisão de uma cirurgia. Registra que o Prefeito Victor Coelho é o Presidente da AMUNES – Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – e pode colaborar muito quanto a essa demanda de Soturno. Lembra que o prefeito compareceu a uma agenda naquele local, inclusive diz que, na época, ficou revoltado, porque o Executivo não convidou os vereadores para participarem. Lamenta que, agora, o prefeito, que foi convidado, não tenha participado nem enviado o vice-prefeito para representá-lo naquela agenda, apesar de o Secretário Daróz ter estado lá. Diz parecer que o intercâmbio entre os Poderes Executivo e Legislativo só é bom quando tende para o lado da administração municipal. Frisa que a junção dos esforços entre esses dois Poderes pode trazer avanço e progresso para esse pleito. / **Aparteando Sandro Dellabella Ferreira:** — Comenta que é bonito ver os vereadores unidos pela mesma causa, buscando o melhor para Cachoeiro. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Pede desculpas ao Vereador Paulo Grola por não ter participado dessa agenda, já que tinha outro compromisso. Diz considerar complicada a ausência do governo nessa reunião, pois, devido à falta de uma caixa de brita de duzentos metros, continuam ocorrendo vários acidentes naquele local, com a perda de muitas vidas. Afirma que, infelizmente, o Governador Renato Casagrande não tem compromisso com a vida humana. / **Paulo Grola:** — Convida os vereadores para irem a Vitória conversar com o governador sobre o problema da curva da morte. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Avisa que vai fazer um documento, a ser assinado por todos os vereadores, solicitando ao governador que seja construída uma caixa de brita naquela curva, com o objetivo de salvar vidas. / **Paulo Grola:** — Informa que aquela obra é o sonho dos moradores de Soturno. Com relação ao processo seletivo, diz entender que um gari não precisa ter muita escolaridade para fazer esse trabalho. Inclusive menciona que esse processo tirou os funcionários das comunidades. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o motorista da Viação Costa Sul, que sofreu um infarto dirigindo o ônibus, acabou de falecer. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Diz que, ontem, os vereadores estiveram na curva da morte para reivindicar melhorias para aquele trecho, onde ocorrem muitos acidentes. Fala também sobre a visita feita ao contorno de Bom Jardim, que liga Gironda à Fábrica de Cimento Nassau, o qual vai desafogar o trânsito pesado naquele distrito e em Soturno, além de facilitar a mobilidade. Lamenta a falta de sinal de telefone na região de Bom Jardim, pois isso causa grandes problemas para os moradores. Registra a sua indignação, porque, devido a um erro nas inscrições e ao processo seletivo ter sido muito confuso, o enfermeiro e o técnico de enfermagem que atuam na sua comunidade foram desclassificados, e, agora, a sua região vai ficar um tempo sem esses profissionais, assim como outros distritos e bairros de Cachoeiro. Frisa que não tem palavras para expressar o que pensa a respeito do aumento exorbitante de IPTU e da cobrança da taxa de lixo. Comenta que um drone foi utilizado para fazer as medições das áreas, sendo que a população não ficou nem sabendo disso. Menciona que muitas pessoas aumentaram suas casas, mas não declararam isso à Prefeitura e, agora, com o recadastramento, vão ser obrigadas a pagar um valor maior de IPTU. Diz esperar que o secretário possa dar uma explicação quanto a isso e que também seja proposta uma solução para o problema, já que o povo passa por muitas dificuldades financeiras. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Destaca



que um dos motivos desse aumento de IPTU foi a cobrança da taxa de lixo. Comenta que não houve tempo para ser feito um estudo mais detalhado a respeito dessa taxa, que cobra dois valores: um residencial e outro não residencial. Diz que, a seu ver, não adianta o secretário vir à Câmara explicar que o IPTU aumentou 400%, 500% e não ter uma solução para o problema. Informa que foi contratada uma empresa de fora da cidade para fazer o recadastramento, a qual não conhece o Município, inclusive ressalta que parte desse serviço foi feito por drones, sem que as residências fossem visitadas. Menciona que essa empresa fez o serviço em tempo recorde e a Prefeitura não o fiscalizou, o que deveria ter ocorrido. Lembra que trabalhou no recadastramento municipal de 1987, como estagiário, visitando as residências para verificar as medidas e o acabamento delas, e só depois disso o IPTU foi lançado. Analisa que o reajuste deveria ter sido escalonado, já que a população está passando por grande dificuldade financeira devido à pandemia. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Parabeniza o Vereador Paulinho pela fala, pois tem conhecimento do assunto, já que trabalha há muito tempo na Secretaria de Fazenda. Pergunta se o colega tem uma sugestão aplicável a esse caso, até para que os vereadores possam ter um embasamento teórico para questionar o secretário na próxima semana. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Registra que é servidor público há trinta e dois anos e não se recorda de um momento como este; assim, não sabe se a lei permite que a administração reveja o cálculo do valor do IPTU. Salienta que, a seu ver, esse reajuste só aumentará a inadimplência dos contribuintes. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Fala da dificuldade de se obter informações, já que a Secretaria de Fazenda está atendendo de forma on-line, por agendamento e através de um canal de WhatsApp, não sendo possível tirar algumas dúvidas quanto ao IPTU. Então, deixa claro que o povo precisa de uma explicação de como foi feito o reajuste desse imposto. Frisa que os vereadores, como representantes da população, precisam cobrar soluções do Poder Executivo, pois os munícipes não terão como pagar esse imposto. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Lembra que o Vereador Paulinho disse que o prefeito contratou uma empresa de fora para fazer a atualização dos valores dos imóveis do Município, o que não era feito há dezenove anos, e que isso foi lançado no IPTU, mesmo esse serviço não tendo sido fiscalizado. Enfatiza que os vereadores não participaram disso, porque esse é um ato discricionário do prefeito, o qual deve ter responsabilidade com a população cachoeirense. Ressalta que a Câmara vai tentar ajudar a resolver esse problema que não foi criado pelos vereadores. Fala da importância de deixar isso bem claro, visto que até os meios de comunicação estão contribuindo para jogar a responsabilidade nas costas dos vereadores, talvez, porque a imprensa receba do Poder Executivo, e não saia dinheiro da Câmara para o referido setor. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Avisa que a atualização da Planta Genérica de Valores, prevista para março de 2022, poderá gerar um novo aumento do imposto. Destaca a importância dos secretários e dos servidores técnicos da Prefeitura; porém, diz que esses técnicos devem saber qual é a realidade de Cachoeiro. / **Aparteando Adriano Pereira Verediano:** — Diz acreditar que ainda virão mais bombas por aí. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Ressalta que o Poder Legislativo tem muita força e compromisso com Cachoeiro; por isso, os vereadores vão conseguir mudar os valores do IPTU. Analisa que a Câmara tem sido parceira do Poder Executivo, discutindo e votando os projetos bons para Cachoeiro. Deixa claro que, se a fala do secretário não convencer os vereadores, como presidente da Câmara, vai convidar o prefeito para dar explicações sobre esse aumento. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Agradece os colegas vereadores pelos apartes. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Sugere que, na próxima terça-feira, a TV Gazeta e a imprensa em geral sejam convidadas para comparecerem à Câmara, já que o assunto será de interesse coletivo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata a sugestão do Vereador Alexandre. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Diz acreditar que o secretário de Fazenda e sua equipe não estejam no globo terrestre, diante desse aumento de IPTU. Considera inadmissível que, em um momento de



tanta dificuldade financeira para a população, devido à pandemia, seja feito um recadastramento imobiliário, gerando um reajuste enorme de IPTU. Frisa que a Câmara não tem nada a ver com o aumento exorbitante desse imposto. Deixa claro que, no ano passado, foi aprovada na Câmara a taxa de lixo, cujo valor é de um pouco mais de 100 reais, e acrescenta que, se o serviço for prestado com qualidade, não haverá problema na cobrança dessa tarifa. Porém, salienta que não há uma forma de o povo pagar esse aumento de IPTU sem reclamar, já que o mesmo vai de 100% a 1000%. Diz esperar que o secretário de Fazenda venha à Câmara trazer soluções para o problema, e não para dar desculpas. Sugere que seja aplicada apenas a taxa de lixo e que esqueçam o recadastramento imobiliário que gerou esse aumento exorbitante de IPTU. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Registra que hoje os cidadãos cachoeirenses acordaram com uma bomba sobre suas cabeças, que foi o aumento absurdo do IPTU. Inclusive diz que o imposto de algumas residências quadruplicou e que isso está causando muitos transtornos para a população, que já sofre com as dificuldades financeiras causadas pela pandemia. Enfatiza que a Câmara não tem culpa nenhuma desse aumento de IPTU, pois isso é de competência do Poder Executivo; porém, os vereadores vão buscar junto ao secretário de Fazenda uma forma de rever essa situação. Explica que foi feito o recadastramento dos imóveis da cidade, o que gerou esse aumento exorbitante de IPTU. Comenta que muitos proprietários não fizeram a regularização de seus imóveis e pagam um valor menor desse imposto. Reconhece que o valor do IPTU não era reajustado há dezenove anos; entretanto, avalia que isso não pode ser feito de uma só vez. Alerta que, hoje, começou a valer a multa, de quase 1 mil reais, para as pessoas que estiverem sem máscara. Pede aos representantes do Poder Executivo que ouçam os vereadores e reveja o aumento do IPTU em Cachoeiro. Por fim, ressalta que o processo seletivo da Prefeitura deixou muito a desejar e trouxe problemas para os servidores do Município. / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Diz que o secretário de Fazenda deve vir à Câmara já com soluções para o problema desse aumento de IPTU, e não para explicar como e o porquê desse reajuste absurdo, que variou de 400% a 1000%. Critica o processo seletivo da Prefeitura, inclusive conta que todos os vereadores receberam mensagens dos inscritos, que não conseguiram a pontuação nem puderam fazer o recurso. Ressalta que a Prefeitura poderia admitir que o processo seletivo não deu certo e refazê-lo. Avalia que muitos setores da Prefeitura, que atendem diretamente ao público, vão ser prejudicados devido à falta de servidores. Registra que não existe mais a função de vigia e que várias nomenclaturas de cargos foram modificadas, o que, a seu ver, não trouxe nenhum benefício para os contribuintes. Destaca que a administração pública deve ser embasada na legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência e precisa ser feita a publicidade institucional, sem favorecer determinadas pessoas. Segue dizendo que a qualquer momento podem ocorrer chuvas fortes em Cachoeiro, quando, provavelmente, o Bairro Nova Brasília será inundado, já que o problema lá ainda não foi resolvido. / **Aparteando Adriano Pereira Verediano:** — Diz que, hoje, foi questionado pelo líder daquela comunidade a respeito do problema dos alagamentos e também da reforma do ginásio de esporte, ao que lhe respondeu que a Câmara tinha aprovado a contratação de empréstimo por parte da Prefeitura para a realização da obra de drenagem, mas que o processo ainda estava tramitando. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Pede ao líder do prefeito que busque informações sobre esse empréstimo, o qual já foi votado três vezes na Câmara, mas as obras ainda não foram iniciadas. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Conta que, ontem, esteve com o prefeito para falar exatamente sobre esse empréstimo e que foi informado que o processo está tramitando. Comunica que o prefeito lhe disse que está buscando, junto ao Estado, a liberação dessa verba. Inclusive registra que o chefe do Executivo o convidou, como presidente da Câmara, para ir a Brasília tentar conseguir liberar esse empréstimo para Cachoeiro. Assim, avalia que a obra de drenagem do Bairro



Nova Brasília não deve sair tão cedo, já que não há recursos para fazê-la. / **Aparteando Sandro Dellabella Ferreira:** — Informa que, esta semana, o secretário de Fazenda fez a prestação de contas para a Comissão de Orçamento, da qual ele, Sandro, é o presidente. Comenta que o secretário disse que esse empréstimo está para sair, mas de forma parcelada, sendo liberados 30 milhões de reais em julho, 30 milhões de reais em dezembro e 25 milhões de reais em 2022. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Diz esperar que a questão do empréstimo seja resolvida para que as obras necessárias possam ser executadas. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Fala sobre a multa de 997 reais para as pessoas que não usarem máscara em Cachoeiro e pergunta quem definiu esse valor. Frisa que os vereadores não têm nada a ver com isso nem com o aumento de IPTU. Salienta que a Prefeitura contratou uma empresa para fazer o recadastramento imobiliário e que os vereadores deveriam ter fiscalizado isso, mas nem ficaram sabendo da realização desse serviço. Deixa claro que os vereadores não têm nenhuma responsabilidade com relação a esse aumento e, portanto, se os cidadãos quiserem ter mais informações sobre o assunto, devem indagar ao Poder Executivo. Também fala de sua felicidade pelo fato de a Família Bolsonaro ter se filiado, esta semana, ao seu partido, o Patriota. Inclusive diz que, por isso, ontem, várias pessoas lhe perguntaram como se filiar a essa sigla. Continuando o seu discurso, lamenta a demissão de tantos bons profissionais da Prefeitura por conta do processo seletivo e diz saber que essa não era a vontade do prefeito, e sim do Ministério Público. Ressalta que muitos motoristas que foram aprovados devido ao bom currículo não sabem dirigir um caminhão. Concorde com o Vereador Paulo Grola de que não é preciso ter muita cultura para ser coveiro e gari. Menciona que o Ministério Público privou os vereadores de fazer muitas coisas, principalmente com relação a conseguir empregos na Prefeitura. Lembra que, quando foi eleito, disseram que ele havia pedido trinta empregos na Prefeitura; porém, enfatiza que gostaria que fossem quinhentas, seiscentas vagas para toda a população de Cachoeiro que está sofrendo com o desemprego. Conta que todos os vereadores já pediram emprego para o povo, pois eles têm compromisso com os cachoeirenses que passam dificuldades financeiras. Recorda que, há mais de dois meses, o responsável pelo setor de cadastro da Prefeitura lhe prometeu enviar uma resposta a respeito de seus projetos, mas até agora não recebeu nada, o que, a seu ver, demonstra que os secretários municipais não têm respeito para com o Poder Legislativo. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz-se feliz pela Família Bolsonaro ter ido para o Patriota, e não para o PP. Frisa que não compactua com o governo de Jair Messias Bolsonaro, o qual considera o pior que o Brasil já teve em toda a sua história. Lembra que a pandemia não acabou e que, hoje, começou a ser cobrada multa das pessoas que não utilizam máscara em Cachoeiro. Fala sobre a dificuldade de vacinação contra o Covid, basta ver que menos de 20% da população brasileira receberam a primeira dose e somente 10% conseguiram a segunda. Destaca a burocracia para a aprovação de outras marcas de vacina e informa que, agora, a Organização Mundial de Saúde vai reconhecer a Coronavac para uso emergencial. Cita que determinadas marcas de vacina são aceitas em alguns Países, mas não em outros. Diz que as fakes news fazem a população desacreditar nas vacinas e ter medo dos efeitos colaterais de algumas delas. Informa que recebeu uma denúncia dos agentes de trânsito, dando conta de que esses profissionais ainda não foram vacinados em Cachoeiro, mesmo os guardas municipais já tendo sido imunizados. Diante disso, registra que fez um pedido de informação ao Executivo e aguarda a resposta. Queixa-se da falta de planejamento por parte da Secretaria de Saúde de Cachoeiro quanto à vacinação contra o Covid-19. Salienta que também está aguardando a resposta ao pedido que fez sobre a situação que ocorreu no dia 17/05, quando alguns professores foram vacinados no centro de saúde; outros, não. Recorda que algumas pessoas insinuaram que ele, Diogo, tinha liderado um motim e dado “carteirada” como vereador para que alguns professores fossem vacinados. Lamenta que as redes sociais estejam cheias de histórias infundadas. Inclusive

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



comunica que foi criada em São Paulo a Lei de Stalking, que pune as perseguições em redes sociais, e, em apenas uma semana, foram feitas mais de mil denúncias. Segue dizendo que, desde o início da legislatura, a Câmara tem tentado buscar uma harmonização com o Poder Executivo, o qual só apresenta os projetos aos vereadores quando bem entende. Deixa claro que a Câmara vota os projetos que beneficiam a população cachoeirense. Parabeniza o colega Alexandre de Itaoca pelo bom trabalho que faz na liderança do governo, mas enfatiza que os vereadores devem ser ouvidos pelo Executivo, pois podem dar sugestões importantíssimas para várias áreas do Município. Alerta que, se os vereadores não forem ouvidos, Cachoeiro poderá viver uma crise institucional como o Estado, que depende do Supremo Tribunal Federal para ser o protagonista, quando isso caberia aos Poderes Legislativo e Executivo Estaduais, os quais não cumprem os seus papéis. Com relação ao aumento do IPTU, diz que não recebeu visita de nenhum funcionário da empresa que estava fazendo o cadastramento nem viu drones sobrevoando a cidade. Avalia que Cachoeiro está caminhando para um caos econômico e também na saúde e, talvez, as cobranças feitas pelos vereadores possam fazer com que o Poder Executivo reveja o aumento do IPTU e a organização do Município. / **Adriano Pereira Verediano:** — Também registra a sua indignação e o seu repúdio quanto ao aumento do IPTU num momento em que o Município e o mundo passam por uma pandemia, não sendo, portanto, adequado para isso. Ressalta que há brechas nas leis; então, sugere ao Poder Executivo que busque alternativas para que a população não passe por mais esse impacto. Destaca também que é questionado pelas pessoas com relação ao processo seletivo, mas deixa claro que os vereadores não participaram disso. Fala também de seu repúdio a alguns canais de comunicação, que publicaram que os vereadores contribuíram para que o aumento do IPTU chegasse aos contribuintes, o que não é verdade. Informa que, antes de começar a sessão, o líder do governo, o colega Alexandre de Itaoca, trouxe à Câmara o Secretário Cláudio, que deixou bem claro que nenhum vereador teve culpa nem participação nisso. Portanto, enfatiza que está com a consciência tranquila. Parabeniza o Vereador Paulinho Careca pelo posicionamento e transparência em sua fala com relação ao IPTU. Diz que o Presidente Brás vai convidar o secretário de Fazenda para comparecer à Câmara, na próxima terça-feira, para esclarecer esse assunto e dar uma solução para o problema, já que o momento não é adequado para essa taxa ser lançada em Cachoeiro. Frisa que todos os vereadores estão juntos nessa causa e vão buscar solução com o Poder Executivo. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Diz que cometeu um ato falho quando destacou que os vereadores tiveram uma reunião, capitaneados pelo Presidente Brás Zagotto, com o secretário de Governo. Então, exalta o trabalho profícuo do líder Alexandre de Itaoca, que diligenciou no sentido de o secretário comparecer à Câmara para conversar com os vereadores. Faz jus ao trabalho de liderança que o referido vereador tem desempenhado na Câmara. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que junho é o mês da Festa de São Pedro, o padroeiro da cidade, quando a Câmara indica o cachoeirense presente para ser homenageado. Então, pede aos vereadores que apresentem nomes de pessoas que desenvolveram ou estão desenvolvendo um bom trabalho em Cachoeiro para que, depois, todos possam entrar em consenso e indicar uma pessoa para ser homenageada, no final do mês, com o Título de Cachoeirense Presente. Inclusive lembra que o cachoeirense presente de 2020 foi o José Paineiras, que faleceu no início deste ano. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Indica o ex-vereador Amaral para receber tal homenagem, visto que ele lutou por Cachoeiro e fez história na Câmara Municipal. Informa que, agora, o Amaral está passando por uma situação difícil de saúde. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Considera esse um bom nome e diz que ele será analisado depois. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Relembra a visita que os vereadores fizeram a Bom Jardim para cobrar melhorias para aquela estrada, a qual, se não se engana, em 2013 foi preparada para receber o asfalto. Conta que o seu assessor Lucas Moulais lhe passou um documento da Assembleia Legislativa, assinado por Ferraço e datado de 13/11/2015,



do programa infraestrutura urbana do Governo do Estado, com o texto de abertura de rubrica para complementação do Governo do Estado para obra de asfaltamento da estrada que liga Gironda à Fábrica de Comento Nassau, na localidade de Monte Líbano, com a justificativa de adequação da capacidade de incremento do sistema rodoviário estadual, visando a melhoria de infraestrutura de transporte no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Então, diz acreditar que os vereadores vão conseguir conversar com o governador para reforçar esse pedido. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que foi informado pela Célia, jornalista da Câmara, que a TV Gazeta quer conversar com os vereadores amanhã, às 9:30 horas, sobre o aumento do IPTU. Então, convida os vereadores para também se fazerem presentes na Casa. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Diz que acompanhou a notícia do Secretário de Desenvolvimento Urbano, o Alex da Vitória, sobre a revitalização da Praça Jerônimo Monteiro, a qual ocorrerá em sessenta dias, dando-se início à contratação da empresa. Considera essa uma boa notícia para Cachoeiro; porém, lembra que há algumas obras paradas no Município sem previsão de reinício, como, por exemplo, o muro atrás da Igreja Evangélica, na Linha Vermelha, no Bairro IBC, por falta da contratação de concreto usinado. Fala também da necessidade de um muro na subida do Bairro Zumbi. Destaca ainda que a Prefeitura fez, perto dos prédios do Bairro IBC, uma drenagem, que passou na divisa de dois lotes, mas um desbarrancou e, assim, corre o risco de todo o muro desabar. Inclusive comenta que já levou até lá os secretários de Obras e de Serviços Urbanos, mas a resposta que recebeu foi que era preciso aguardar. Acrescenta que se faz necessário também um muro no Bairro Coronel Borges, próximo à indústria do Alexandre Bastos, pois a rua está caindo. Ressalta ainda que não foi nem iniciado o muro em Córrego dos Monos, depois que a chuva de dezembro do ano passado provocou a queda de um poste e de um carro lá. Reconhece que as grandes obras são importantes para Cachoeiro, mas acha que deve haver prioridades, como esses muros. Diz saber da falta de verba nesta pandemia, mas reflete que nos momentos difíceis é que precisam buscar soluções. Avalia que este não é o momento de fazer grandes obras e deixar em segundo plano o que está abandonado há anos. Parabeniza o prefeito e o Secretário Alex da Vitória pelo projeto de revitalização da Praça Jerônimo Monteiro, mas espera que esses muros sejam feitos, antes que aconteça um grande acidente ou até morte no Município. / **Aparteando Paulo Grola:** — Pergunta como está o andamento do caso da Linha Vermelha, depois da reunião que foi feita lá, onde muitos carros já tombaram. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Responde que sinceramente não sabe. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que só vão tomar providência depois que tombar outro caminhão lá. / **Delandi Pereira Macedo:** — Registra que fez alguns pedidos de informação quanto a obras que estão paralisadas no Município, sendo que todos eles foram baseados no artigo 139, parágrafo 3º, inciso X, do Regimento Interno da Câmara, que estabelece prazo para que os secretários respondam aos vereadores, mas, infelizmente, as respostas não têm sido dadas. Diante disso, solicita a intervenção da Mesa Diretora, pois o prazo estabelecido no Regimento Interno para essas respostas é de quarenta e cinco dias, mas há pedidos seus que a presidência encaminhou às secretarias afins no dia 15/03. Informa que fez um requerimento ao Secretário Desil Moreira Henrique referente à indicação de macrodrenagem no Bairro Marbrasa, quando solicitou também a cópia do projeto, o planilhamento de preços e a previsão de execução da obra. Destaca também outro requerimento endereçado ao mesmo secretário referente a obras iniciadas e paralisadas no Bairro Rubem Braga, nas Ruas Wilson Duarte da Silva, Antônio José da Silva, Manoel Duarte e Projetada, requerendo ainda cópia do projeto, o planilhamento de preços e a previsão das próximas etapas, mas não recebeu a resposta. Fala sobre outro requerimento que fez, solicitando também ao Secretário Desil informação referente à drenagem e pavimentação das Ruas Adonis Costa, Everaldo Guimarães, Walfrido Alves Machado, Manoel da Silva Mota, Mariano Simão da Silva e Sebastião Moreira da Silva, todas no Bairro Bom Pastor, mas não recebeu a devida resposta. Diz que os projetos estão prontos



e planilhados; então, pergunta por que não recebeu as respostas. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Indaga se isso não dá improbidade para o prefeito. / **Delandi Pereira Macedo:** — Responde que cabem sanções, mas frisa que não quer partir para esse lado, pois é parceiro do governo e torce para que as coisas deem certo. Acrescenta que também fez um requerimento referente ao projeto de drenagem e pavimentação da Rua Emília Caetano Alves, no Bairro Marbrasa, e solicitou a cópia do projeto e o planilhamento de preços. Menciona ainda a solicitação que fez de projeto de drenagem e pavimentação das Ruas Getúlio Vargas, Gilberto Machado, Átila Vivácqua e Projetada, no Bairro Village da Luz, e também uma referente à reforma da quadra de esporte do Bairro Rubem Braga/Novo Parque, além da instalação do centro de treinamento de lutas marciais, mas ainda não recebeu as informações. Conta que solicitou informação à Secretária de Esporte, a Lílian Siqueira, referente à indicação de um campo bom de bola no Bairro Rubem Braga, ao lado da Rua Pedro Vieira. Enfatiza que vem lutando por isso há muito tempo, mas parece que o projeto está na gaveta. Diz que há ruas no Bairro Bom Pastor que ficam intransitáveis em determinada época do ano, não sendo diferente no Bairro Rubem Braga. Concorda com as palavras do Vereador Paulinho, pois parece que selecionam aquilo que é de interesse pessoal de alguém, enquanto que outras obras ficam paralisadas. Repete que é parceiro do Governo Municipal e trabalha em conjunto para ver se as coisas dão certo em Cachoeiro, assim como também torce pelo governo de Bolsonaro e de Renato Casagrande, embora ache uma covardia o Estado ainda não ter atendido a solicitação referente à curva da morte. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Destaca que hoje os vereadores reclamaram de muitas coisas, mas não por torcerem contra, e sim porque alguns secretários fazem questão de não darem confiança aos edis, que vivem de pires nas mãos. Analisa que, enquanto os vereadores não se colocarem numa situação de igual para igual, eles não serão respeitados. Inclusive menciona que está passando por isso com relação ao secretário de Fazenda, que, há dois meses, disse que iria soltar os seus projetos, mas até hoje eles estão agarrados na citada pasta. Deixa claro que torce para que o governo de Victor Coelho seja o melhor do mundo, assim como também o de Casagrande; porém, repete que, infelizmente, alguns secretários não respeitam os vereadores. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece ao Vereador Ary pela colaboração e lamenta que realmente haja essas questões. Ressalta que há secretários que dão respostas em tempo hábil; outros, não. Inclusive lembra que já marcou duas vezes para conversar com o Secretário Desil, mas não foi atendido, o que o fez desistir de procurá-lo novamente. Comenta que foi secretário de Meio Ambiente e fazia questão de atender a todos, dando retorno quando isso não era possível. Frisa que não estão dando valor aos vereadores, mas adverte que tudo tem um preço, inclusive avisa que, daqui a pouco, quem não atende às necessidades da população vai precisar dela, e não será atendido também. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Fala sobre a importante visita que os vereadores fizeram à Rodovia ES-164, que liga Cachoeiro a Vargem Alta, e espera que o Governador Renato Casagrande invista naquela via, que já matou mais de cem pessoas, fora as que ficaram aleijadas. Frisa que é inadmissível que até hoje não tenha ocorrido uma intervenção naquela rodovia. Registra que os vereadores estão unidos e foram até lá cobrar do governador que o dinheiro público seja investido para o bem do povo. Salienta que já passou da hora de fazerem uma intervenção naquela via, instalando lá uma caixa de brita como válvula de escape. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra que disse no início da sessão que não tinha aparecido lá nenhum representante do Poder Executivo nem do Governo do Estado; entretanto, registra que o Deputado Ferraço lhe telefonou e pediu que o representasse naquele evento, tendo falado também com o Vereador Paulo Grola. Então, agradece ao referido deputado pelo apoio àquela comunidade. / **Aparteando Paulo Grola:** — Informa que o Prefeito de Vargem Alta, o Eliezer, não pôde se fazer presente. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Lamenta que não haja uma comunhão dos Poderes Executivos para lutarem por essa causa comum; então, avalia que



faltam boa vontade e entendimento desses gestores de que os recursos que estão nas mãos deles precisam ser aplicados em prol do bem da população. Segue informando que não há nada comprovado cientificamente em termos de remédios para combater o Covid-19, nem mesmo a vacina está 100% confirmada. Lembra que já disse na Câmara que o profissional de saúde, diante de tudo o que estudou e das experiências vividas em mais de um ano de pandemia, sabe que a pessoa não morre de tosse nem de febre, e sim de infecção no pulmão, quando inclusive questionou por que não era receitado pelo menos um antibiótico para dar o mínimo de chance ao paciente. Diz que é triste ver a pessoa entrar num quadro de infecção grave que pode levá-la à morte, e a única coisa que o médico lhe receita é Dipirona. Então, parabeniza e aplaude a Dra. Natália Fontoura, do PA Paulo Pereira Gomes, que receitou antibiótico para o seu tio. Ressalta que existe uma cúpula de médicos covardes, mas que a Dra. Natália faz parte do grupo dos profissionais corajosos, que usam de suas experiências médicas para socorrer as pessoas e salvar vidas. Agradece ao Secretário de Saúde, o Alex Wingler, e ao prefeito por terem colocado a Dra. Bruna, a dentista Marina e a enfermeira Laurides na UBS do Bairro Coramara. Faz uma reflexão negativa e desprezível a respeito do aumento do IPTU e diz que não concorda com esse sobrepeso em cima da população.

/ **Aparteando Ely Escarpini:** — Informa que há um funcionário contratado da Prefeitura que ganha um salário mínimo e sempre pagou 267 reais de IPTU de sua casa, mas, agora, o valor desse imposto subiu para 2 mil 867 reais, pelo mesmo imóvel que fica numa grotá. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Diz acreditar que o Poder Executivo já esteja criando meios para resolver essa bomba atômica que começou a dar sinais de explosão agora, já que nem todos os cachoeirenses receberam os carnês com os novos valores. Deixa claro que respeita o governo, mas ele precisa dar uma resposta positiva para a Câmara e para os munícipes, que estão sendo massacrados no que se refere a esse imposto. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra que disse que um morador do Bairro Vila Rica pagava 600 reais de IPTU e passou para 3 mil e 200 reais; porém, faz a correção, registrando que eram 600 reais e subiu para quase 6 mil reais. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Frisa que isso é revoltante. Por fim, parabeniza a Secretaria de Interior por estar patrolando e ensaibrando a estrada de nove quilômetros que liga São Joaquim/Olho D'Água à região de Coutinho. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Recorda que, quando esteve à frente dessa secretaria, fez uma parceria com o saudoso Zé Zago, que lhe dava o saibro, desde que fizesse primeiro a estrada de Olho D'Água. Assim, destaca que fazia a estrada de São Joaquim até o asfalto e também a Coutinho, sendo que, depois, o Zé Zago lhe dava saibro para espalhar por todo o Município. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Confessa que viveu grande parte de sua vida trabalhando como motoboy na entrega de ração e de cachorros, de onde conseguiu conquistar tudo o que tem hoje. Diz que foi procurado por alguns motoboys que queriam saber por que as vagas de parada praticamente sumiram da cidade, sendo que eles precisam desses pontos para fazerem suas entregas. Inclusive comenta que recebeu um vídeo de um amigo do Bairro Coramara, que filmou um agente de trânsito multando a moto de uma farmácia parada em frente ao próprio estabelecimento, que fica próximo ao Teatro Rubem Braga. Pergunta por que o motoboy da própria farmácia não pode parar a moto em frente ao estabelecimento onde vai pegar os remédios para fazer as entregas. Então, pede ao Prefeito Victor Coelho e ao Secretário Alexandre da Vitória que deem uma atenção especial aos motoboys de Cachoeiro quanto às vagas de parada, porque eles estão sendo multados. / Dando continuidade, passou-se ao **Horário das Lideranças.** / **Diogo Pereira Lube (PP):** — Registra uma nota de repúdio à AMUNES, que se posicionou contra o projeto de lei que está tramitando no Senado, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que aumenta o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares. Inclusive conta que o piso dos enfermeiros chega a 7 mil reais, o que acha até pouco diante do que eles estão fazendo principalmente no combate ao Covid. Diz que saiu uma nota dos prefeitos do Espírito Santo,



através dessa associação, da qual o Victor Coelho é o presidente, repudiando esse projeto porque as Prefeituras não teriam dinheiro para pagar tais profissionais. Pergunta quantos enfermeiros e técnicos de enfermagem há em Cachoeiro que são pagos diretamente pelo Poder Executivo Municipal ao ponto de esses profissionais não merecerem receber tal valor. Salienta que o seu repúdio não é ao Prefeito Victor, e sim a essa associação, que está pensando só na economia, e não na saúde. Avalia que isso mostra que, infelizmente, no Brasil, nem todos estão de fato preocupados com a saúde e com a valorização desses profissionais tão importantes. Deixa claro que concorda totalmente com esse projeto do Senador Fabiano Contarato, que é do Espírito Santo, e espera que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares seja aprovado. / **Brás Zagotto (Tempo cedido pelo líder do PV):** — Fala sobre o seu projeto de decreto legislativo para homenagear, com a Comenda José Basílio de Souza – Seu Zezinho, o Grupo Desportista Geração 70/80 de Cachoeiro de Itapemirim, que tem duzentos e cinquenta membros, os quais, além do esporte, fazem também um trabalho social no Município, com a doação de cestas básicas e de máscaras. Então, pede aos colegas vereadores que votem a favor desse projeto. / **Sandro Dellabella Ferreira (Tempo cedido pelo líder do DEM):** — Conta que hoje, pela manhã, participou da reunião do Conselho dos Idosos, na Ilha da Luz. Informa que a Marilene Depes é a presidente desse conselho e, dentre as várias conversas lá, ela falou sobre a dificuldade que alguns idosos enfrentam para fazer a prova de vida devido à locomoção deles. Ressalta que em alguns bancos os atendentes vão até os carros atender os idosos. Então, registra que o conselho está fazendo um documento, o qual vai passar pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara, pedindo às autoridades que resolvam essa situação. Aproveita para dizer que não concorda com o aumento do IPTU, mas acredita que o prefeito e o secretário de Fazenda já estejam estudando um jeito de acertar isso. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (PL):** — Comenta que alegaram que há dezenove anos não havia atualização do IPTU, mas lembra que a lei aprovada no ano passado prevê que só em 2022 seja feito o reajuste. Salienta que grande parte da população ficou impedida de trabalhar e, mesmo assim, a Prefeitura decidiu fazer, neste momento, uma reavaliação e aumentar esse imposto. Frisa que, se é para aumentar, que isso seja feito de maneira justa, embora ache que este não é o momento propício para reajuste. Reflete que a única coisa que será vista este ano é um alto número de inadimplentes, pois as pessoas não vão conseguir pagar um imposto que aumentou em até 500%. Fala também da intimação que três vereadores receberam por defenderem os trabalhadores naquela movimentação feita em março deste ano. Registra que um empreendedor, que gera empregos, renda e impostos para o Município há vinte anos, foi intimado a prestar esclarecimento e vai sofrer processo e sanção só porque quis trabalhar. Informa que se trata do Sr. Gilson Rosa, que foi intimado a prestar esclarecimentos à Polícia Civil, porque disse que não fecharia o seu estabelecimento, já que a Cacau Show, que transforma o cacau em chocolate, podia funcionar no centro da cidade; a Selita, que transforma o leite em queijo, e a Cofril, que transforma o porco em carne, também estavam funcionando; portanto, por que ele, que transformava o trigo em salgado, não podia trabalhar, indagando ainda qual era a diferença entre eles. Por isso, fala do perigo de definir o que é trabalho essencial e não essencial, o que aumenta ainda mais as desigualdades. Repete que esse empreendedor, que se recusou a abaixar a cabeça para uma decisão ditatorial e completamente arbitrária, foi intimado pela justiça. Destaca que essa é a realidade do Município que está servindo de cortina de fumaça para uma multa de quase 1 mil reais para os cidadãos cachoeirenses. Diz que Cachoeiro está passando por um momento delicado, onde quem questiona uma decisão arbitrária que fere os direitos individuais do cidadão ainda pode ser intimado pela justiça. Então, conclama os colegas vereadores para, do mesmo jeito que estão indignados com o aumento do IPTU, que é mais uma forma de extorsão que o governo está fazendo com o povo, também se indignarem com essa multa e com a intimação de quem quer trabalhar.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Menciona que ainda estão segurando Cachoeiro em risco alto para impedirem algumas coisas. Enfatiza que a Câmara de Vereadores deve continuar esse movimento de união para dar liberdade ao povo ou, então, essas cenas serão cada vez mais recorrentes. / **Allan Albert Lourenço Ferreira (PODE):** — Registra que o partido tem projetos para filiar mais pessoas, pois a política não pode ser individualista, e sim em grupos coesos. Conta que uma cidadã lhe disse que os vereadores tinham votado o aumento do IPTU e teve que lhe explicar que uma empresa terceirizada usou drones e, aleatoriamente, lançou esses valores do imposto. Diz acreditar que, diante de tantas reclamações, o secretário, na próxima terça-feira, dará alguma resposta positiva à população. Ressalta que alguns jornais já se retrataram, pois divulgaram notícias sem fundamentação, mas, agora, a verdade está aparecendo. Enfatiza que assume seus erros, mas não pode levar a culpa pelo que não fez. Portanto, deixa claro que esse aumento exorbitante de IPTU não é culpa dos vereadores, que estão tentando encontrar uma forma de resolver o problema. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Sugere que seja criada uma comissão para buscar saber como foi feita essa transição e analisar os impactos financeiros do IPTU, já que os vereadores estão sendo cobrados pela população. Inclusive propõe que o presidente dela seja o Vereador Paulinho, que domina o assunto que envolve receita. Informa que fará esse pedido por escrito à presidência da Casa. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Também acha que deve ser formada uma comissão para buscar quais foram os fundamentos legais para esse aumento exorbitante de IPTU. Salienta que ele e o Vereador Sandro são bacharéis em contabilidade e o colega Paulinho também entende desse assunto. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Solicita ao Vereador Diogo que protocole esse pedido, pois a presidência já acatou a sugestão e, assim, na próxima semana, o plenário poderá decidir sobre isso. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Informa que gostaria de participar dessa comissão para encontrar uma resposta mais concreta de como foram feitos esses cálculos e com base em quais dados isso aconteceu. / **Sebastião Ary Corrêa (Patriota):** — Agradece ao Secretário Alexandre Bastos por ter atendido ao pedido de patrolamento e ensaibramento das estradas de Olho D'água, São Joaquim até Duas Barras, inclusive diz que o seu assessor, o Mantuan, está acompanhando esse trabalho, o qual está ficando muito bom. Pede ao presidente que coloque em votação o Projeto de Lei 25/2021, de sua autoria. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Manifesta o seu posicionamento contrário ao aumento do IPTU e se coloca à disposição da comissão que será criada. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Justifica a ausência do Vereador Arildo Tomaz Bucker, dizendo que o colega fez alguns exames, e o médico pediu que ele ficasse de repouso. / A seguir, teve início a **Ordem do Dia**, sendo acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos e os projetos de decreto legislativo fossem apreciados em bloco. / Logo após, foram **aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: 84/2021 – Diogo Pereira Lube** (Requer do Exmo. Senhor Alex Wingler Lucas, Secretário Municipal de Saúde, informação referente aos critérios de distinção dos munícipes que poderiam ser vacinados e, conseqüentemente, aqueles que não poderiam receber a imunização contra o Covid-19 no Centro Municipal de Saúde “Bolívar de Abreu”, especificamente no dia 17/05/2021. Reitera que diversos profissionais das áreas de educação e saúde (até estudantes), quando indagaram aos servidores locais se poderiam ser imunizados, receberam a permissão dos mesmos. Solicita também a informação de como foi feita a divulgação, pela Secretaria Municipal de Saúde, da disponibilidade do imunizante para esses grupos, uma vez que em nenhum momento foram desencorajados, in loco, a tomarem a vacina); **86/2021 – Diogo Pereira Lube** (Requer do Exmo. Senhor Desil Moreira Henrique, Secretário Municipal de Obras, informação referente à obra parada na Rua Wilson Duarte da Silva, no Bairro Rubem Braga, e, se possível, o porquê da interrupção dos serviços que tanto ajudariam a população local); **83/2021 – José Carlos Corrêa**



Cardoso Júnior (Requer da Exma. Senhora Cristina Lens Bastos, Secretária Municipal de Educação, informação referente ao plano de atendimento de aula individualizada para os alunos da rede pública); *Enviando Votos de Congratulação*: 132/2021 – Alexandre Valdo Maitan; 130 e 133/2021 – Marcelo Fávero de Oliveira; 131/2021 – Paulo Sérgio de Almeida; **Projetos de Decreto Legislativo**: *concedendo Comenda Angélica Francisca Calazans Turini*: 98/2021 – Alexandre Valdo Maitan (À Irany Delevedove de Almeida Martins), 92/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (A Elvis Amorim de Almeida), 106/2021 – Diogo Pereira Lube (À Paula Galdino Taddei Fiório), 89/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (À Selma de Jesus Fernandes), 109/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (A Leonardo Luiz da Silva), 111/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (A Alex Besse Cabral), 104/2021 – Sandro Dellabella Ferreira (À Marina Pinto da Vitória) e 97/2021 – Sebastião Ary Corrêa (À Eliane Teixeira Griffó); *concedendo Comenda Consagração Comunitária*: 102/2021 – Alexandre Valdo Maitan (A Roberto Maraboti), 91/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (A Marcos Antônio Madeira), 94/2021 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (À Rosinês Aparecida Favero), 108/2021 – Sandro Dellabella Ferreira (A Flávio Ramos da Silva) e 95/2021 – Sebastião Ary Corrêa (A Jorge Lousada Hoinhas); *concedendo Comenda Batistinha*: 90/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (À Andreia Cristina Barra Loiola); *concedendo Comenda Antônio Pimentel de Jesus*: 103/2021 – Allan Albert Lourenço Ferreira (A Pedro Ivo Ferrando), 110/2021 – Leonardo Pinheiro Dutra (A Uelber Ribeiro), 105/2021 – Sandro Dellabella Ferreira (À Zildanéa Decothé Nunes) e 107/2021 – Sebastião Ary Corrêa (A Renato Volpato); *concedendo Comenda José Basílio de Souza – Seu Zezinho*: 93/2021 – Brás Zagotto (Ao Grupo Geração 70/80). / Em seguida, passou-se à **1ª Discussão** dos seguintes Projetos: de Resolução: 01/2021 – Paulo Grola (Dispõe sobre a alteração no inciso VI do artigo 24 e do artigo 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim para incluir nesses dispositivos o tema Prevenção e Políticas sobre Drogas); de Lei: 26/2021 – Sebastião Ary Corrêa (Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de água residencial e comercial no âmbito do Município, e dá outras providências). / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior**: — Quanto ao projeto do Vereador Ary que dispõe sobre o eliminador de ar, diz que esse é um objeto que pode ser colocado após o relógio para que o ar da tubulação não passe e seja contado como consumo de água. Registra que o projeto inicial tinha uma localização que era contrária ao que a concessionária permitia, razão pela qual ele foi adaptado, e esse aparelho não vai influenciar na quantidade de água que passará pelo relógio, e sim na de ar que sairá na torneira; portanto, informa que isso não causará prejuízo à concessionária, apenas proporcionará uma melhor utilização da água e a redução da conta do cidadão. / **Adriano Pereira Verediano**: — Pergunta se o custeio desse aparelho será de responsabilidade do cliente ou da concessionária. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior**: — Responde que, a partir da aprovação da lei, será de quem tiver interesse de colocar esse aparelho em sua casa ou estabelecimento. Frisa que não é obrigatória a instalação desse aparelho, é apenas a permissão para que ele seja instalado. / **Brás Zagotto (Presidente)**: — Informa aos Vereadores Juninho e Ary Corrêa que já existe um projeto nesse sentido, de sua autoria, que foi votado no mandato anterior. Então, pede aos colegas que, depois, olhem essa lei, pois, de repente, ela pode ser igual. / Na sequência, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 27/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Institui o “Dia do Detetive Particular” no âmbito do Município, e dá outras providências). / Prosseguindo, **foi aprovado**, por unanimidade dos presentes, **o Projeto de Lei 30/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Institui o “Dia do Capelão Civil e Militar” no âmbito do Município, e dá outras providências). / A seguir, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 25/2021 – Sebastião Ary Corrêa** (Propõe a leitura bíblica nas escolas públicas e privadas no âmbito do Município, e dá outras providências) com Emenda Modificativa ao artigo 1º, aposta pelo Vereador Sebastião Ary Corrêa. / **Diogo Pereira Lube**: —

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Reconhece a boa intenção do Vereador Ary ao apresentar esse projeto, mas informa que as Comissões de Educação e de Direitos Humanos, das quais faz parte, deram pareceres contrários. Registra que o Conselho Municipal de Educação recomendou a rejeição desse projeto, assim como também a procuradoria da Câmara. Diz que procurou várias instituições, como a OAB, o IFES, entre outras, as quais ficaram preocupadas por esse projeto ferir a Constituição, no artigo que fala sobre a laicidade do Estado, e também a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que impedem nas escolas a leitura de um único livro que trata de religião. Destaca que, se fossem ler a Bíblia nas escolas, teriam que ler também o Alcorão, o Livro de Vedas, o Livro dos Espíritas, a Literatura Hindu entre outros que fazem parte do mosaico de religiões do País. Então, antecipa que vai seguir o parecer da procuradoria da Câmara, que é pela inconstitucionalidade do projeto, já que, depois, poderá surgir uma ADIN ou outro trâmite que extrapole o Poder Legislativo. Deixa claro que não é contra o teor desse projeto, até porque, como professor de história, já trabalha a Bíblia em sala de aula como fator histórico e geográfico, quando aplica conteúdos envolvendo mesopotâmicos, persas, fenícios, hebreus, egípcios, a Idade Média e o direito canônico. Salienta que levar a Bíblia para a sala de aula em mãos erradas pode ser proselitismo, em vez de ela ser objeto de paz. Frisa que não cabe aos vereadores propor projetos que estejam contra as leis da Constituição e as leis máximas da educação, que é a LDB. / **Adriano Pereira Verediano:** — Fala de sua admiração pelo Vereador Ary e enfatiza que não é contra a Palavra de Deus; pelo contrário, é guiado por ela. Entretanto, diz que pode ser aberto um grande abismo se a Palavra de Deus for proclamada por quem não sabe interpretá-la. Destaca a importância da Palavra de Deus, pois onde ela entra tudo se transforma, mas frisa que é preciso ter cuidado quanto a quem a maneja. Enfatiza que não está desmerecendo quem vai dirigir a Palavra de Deus nas salas de aula, e sim ressaltando que ela tem que ser falada por quem tem autoridade para isso. / **Sebastião Ary Corrêa:** — Diz-se perplexo por ter que discutir na Câmara um projeto que trata da Palavra de Deus, considerando que, no início de todas as sessões da Casa, há a leitura de um trecho da Bíblia. Lembra que o Vereador Diogo disse que já é falado sobre a Bíblia nas escolas; então, enfatiza que não há mal nenhum regularizar essa leitura. Reflete que a Palavra de Deus cabe em todos os lugares, inclusive se preocupa quando ouve alguém dizer que não se deve levar a Bíblia para as escolas. Comenta que são levados para as escolas livros sexuais e até teatro de homens e mulheres nus, e isso não é considerado inconstitucional. Ressalta que não existe inconstitucionalidade em se ler a Bíblia nas escolas, já que estão querendo que as crianças se masturbem aos dois anos de idade. Informa que tem doze netos e não admitiria que fizessem um ato de libertinagem com nenhum deles. Deixa claro que não usa a Câmara para agradar certos engravatados da sociedade que dizem que esse projeto é inconstitucional. Inclusive recorda que a Câmara votou o projeto de um vereador para abrir o comércio, o qual também disseram que era inconstitucional; portanto, pede aos colegas que não seja feita demagogia na Casa nem queiram agradar pessoas com palavras bonitas. Frisa que respeita a todos os vereadores, mas não pode deixar que a Bíblia seja massacrada na Câmara nem que sejam renegados a Palavra e o próprio Deus. Menciona que nem todos que estão à frente do púlpito realmente são representantes de Deus, pois muitos deles são ladrões e bandidos, inclusive destaca que a Bíblia diz que falsos profetas surgirão para enganar, roubar e fazer muitas outras coisas. Salienta que há na terra pastores que estupram, atacam e matam, padres pedófilos e todo tipo de pessoa. Assim, avalia que a Palavra de Deus é inconstitucional só para alguns. Diz que, mesmo que esse projeto não seja aprovado, vai continuar afirmando a sua fé, pois a Palavra de Deus o sustenta. Registra que a Palavra de Deus renova e faz as pessoas pensarem, pois a Bíblia é história, geografia e tudo mais. Pede aos vereadores que votem de acordo com suas consciências e, quando forem dormir, perguntem ao Deus que servem se agiram corretamente. Diz esperar que a Câmara nunca vote projeto para pagar o grupo de teatro que anda pelado dentro das escolas nem



para que as crianças sejam masturbadas aos dois anos de idade. Garante que estará na Câmara para defender as crianças, agindo com fé, dignidade, coragem e vergonha na cara para não renegar o seu Deus. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza o Vereador Ary Corrêa pela defesa que fez da Bíblia Sagrada, que é o suficiente para manter toda a humanidade de pé e com amor, pois a Palavra de Deus é a regra para qualquer homem e mulher conseguir a salvação de sua alma. Menciona que o Estado é laico, mas o povo brasileiro é cristão. Antecipa o seu voto a favor desse projeto, porque crê na Bíblia Sagrada como a única regra de fé para seus filhos, netos e para a futura geração. Lembra que a leitura de Karl Marx feita nas escolas públicas e privadas não é inconstitucional, mesmo que seu livro ensine que se deve exterminar o projeto de família. Então, pergunta por que impedir que a Bíblia Sagrada seja inserida nas escolas. Enfatiza que sempre pregará a Palavra de Deus, pois a libertação está na verdade da Bíblia Sagrada. Registra que votou favorável no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, mesmo com o posicionamento contrário do relator e da procuradoria da Casa. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Posiciona-se a favor desse projeto, pois gostaria que seus dois filhos escutassem a Palavra de Deus na escola. Diz acreditar que haja muitas crianças e adolescentes nas escolas com o pensamento em suicídio, e a Palavra de Deus pode chegar ao coração dessas pessoas. Registra que a Bíblia é o manual de vida dos cidadãos; então, pergunta por que não aprovar esse projeto. Indaga o que há na Bíblia que possa desagradar as crianças ou impedir o convívio delas com suas famílias. Enfatiza que defenderá a Palavra de Deus onde estiver. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Considera muito bonita essa defesa do projeto, mas, assim como fez o Vereador Gelinho, pergunta se a pessoa que vai ler a Bíblia nas escolas está preparada para responder qualquer questionamento. Lembra que no Espírito Santo havia um homem que se autointitulava pastor e achava que poderia ter duas, três mulheres, pois isso não era adultério, porque não soube interpretar a Bíblia. Frisa que é cristão e que sempre leu a Bíblia para seus filhos. Deixa claro que respeita muito o Vereador Ary, mas enfatiza que quem votar contra o projeto não significa que é contra a Palavra de Deus. Registra que os pais podem ler a Bíblia para os filhos em casa e eles já irem preparados para a escola. Comenta que a escola é para educar. Concorda que ler a Bíblia é bom em todos os lugares, pois ela alimenta o espírito, mas acha que esse projeto é muito complexo, embora respeite a boa intenção do vereador. / **Aparteando Sebastião Ary Corrêa:** — Diz que não sabe quem vai ler a Bíblia nas escolas, mas que quem deve explicar o conteúdo dela para as crianças são os pais em casa, assim como fazem com relação aos deveres de matemática e de português. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Repete que respeita a intenção do colega, mas fala do desconforto que será gerado para os vereadores que votarem contra o projeto, como se eles estivessem contra a Bíblia. Enfatiza que o seu questionamento é quanto à transmissão dessa mensagem. / Na sequência, o secretário procedeu a leitura dos pareceres da procuradoria e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e também da emenda modificativa proposta pelo Vereador Sebastião Ary Corrêa. / Em seguida, o **Projeto de Lei 25/2021**, acima descrito, **foi rejeitado**, juntamente com a emenda modificativa, por nove votos contra seis do plenário. **Votaram a favor:** Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, Leonardo Cleiton Camargo, Paulo Grola, Sandro Dellabella Ferreira e Sebastião Ary Corrêa. **Votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Diogo Pereira Lube, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira e Paulo Sérgio de Almeida. / **Seguem justificativas de voto:** / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Justifica o seu voto citando a palavra “liberdade” e lembrando que Adão e Eva puderam escolher o caminho que queriam, mesmo Deus lhes mostrando que um era bom e o outro não poderia ser tocado. Acrescenta que Deus não interferiu na decisão deles e respeitou a liberdade de escolha. Frisa que todos são livres, e esse projeto traz um caráter de imposição. Registra que, por mais que saiba que a Bíblia é o melhor

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



caminho para todos, ela não pode ser imposta, e sim ofertada. Ressalta que, mesmo entendendo que a Bíblia deve ser o norte da vida de seu filho, não pode tirar dele a liberdade de escolha. Salieta que votou contra o projeto, pois a Constituição Federal não proíbe a leitura da Bíblia, inclusive comenta que muitas vezes foi às escolas levar a Palavra de Deus e evangelizar; portanto, não vê necessidade de abrir caminhos para, lá na frente, alguém requerer também o direito de outra religião, com a qual vai se sentir mal se o seu filho tiver que conviver. Menciona que a Palavra de Deus pode ser pregada em qualquer lugar, e cada um é livre para escolher se vai aceitá-la ou não.

/ **Sebastião Ary Corrêa:** — Avalia que, quando se diz que a Palavra de Deus não pode entrar nas escolas através da Bíblia, as crianças estão sendo impedidas de conhecerem a verdade. Ressalta que, às vezes, muitos encontram pelo caminho pessoas que se dizem profetas, mas que, na verdade, são lobos vestidos em pele de cordeiro, como um falso pastor que não tem condições de levar a Palavra de Deus para uma criança; porém, registra que o projeto falava em educadores, em pessoas que sabem ler. Menciona que, se o seu neto aprende a Palavra de Deus na escola, como avô e família tem a obrigação de continuar esse ensinamento em casa, assim como faz com relação às matérias escolares. Diz que ficou feliz com a votação, pois sabe que a sua missão com Deus e com a Bíblia foi cumprida hoje. Pergunta o que será daqueles que impedem ou tentam impedir que a Bíblia seja ensinada às crianças, que devem aprender que Deus está vivo, é único e é o salvador. Agradece aos vereadores, principalmente aos que defenderam esse projeto, pois sabe que a Câmara é um campo democrático. Destaca que quem perdeu com isso foram as crianças e o povo de Cachoeiro.

/ **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que é fácil ver as consequências de quem distorce a Palavra de Deus e de quem é ou não verdadeiro. Deixa claro que a Palavra de Deus é reta, não faz curva. Registra que qualquer alfabetizado sabe ler a Palavra, mas a revelação é para poucos.

/ **Paulo Grola:** — Destaca que votou “sim” a esse projeto em defesa da Bíblia Sagrada. Conta que a sua família, composta por doze irmãos, pai e mãe, rezava todos os dias antes de dormir; assim, foram doutrinados e, hoje, são bem respeitados. Avalia que qualquer pessoa que for ler a Bíblia dentro da escola já será um bom negócio. Ressalta que, se todos os pais lessem a Bíblia e falassem sobre ela com os filhos, não haveria esse monte de gente matando e roubando no mundo. Frisa que a Palavra de Deus é sempre bem-vinda, seja na igreja, no colégio ou em qualquer outro lugar.

/ **Evandro Miranda:** — Informa que não é contra a ideia do Vereador Ary, mas acha que não teria necessidade de ela virar projeto. Concorde com as palavras do Vereador Léo Camargo sobre a importância de as crianças ouvirem a Palavra de Deus, mas acrescenta que o seu filho tem que sair de casa já sabendo quem é o Senhor. Comenta que cada um tem a sua liberdade de expressão. Justifica que votou contra o projeto por não ver motivo para obrigar a leitura da Bíblia. Deixa claro que é a favor da Bíblia e da Palavra de Deus.

/ **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Registra que ficou dezesseis anos estudando em uma instituição confessional católica, da Ordem dos Camilianos, de São Camilo de Lellis, onde, no dia 14 de cada mês, era celebrada uma missa em honra a seu santo, mas não tinha nenhum trabalho de evangelização. Ressalta que um dos seus grandes desgostos é saber que essa instituição católica e centenária não teve o compromisso de evangelizar seus alunos. Frisa que não é contra a leitura da Bíblia, mas votou “não” ao projeto, porque sabe que, mesmo sendo permitido, os professores não fazem essa leitura nas escolas. Fala sobre a parábola das sementes, quando uma foi lançada em terra fértil, cresceu e deu bons frutos; outra no meio dos espinhos, que germinou, mas morreu sufocada, e outra no pedregulho, que não criou raízes e, assim, não cresceu, e faz uma comparação à Palavra de Deus, visto que, independentemente do ambiente em que ela for proclamada, haverá um terreno fértil onde poderá crescer. Indaga por que os professores que professam uma fé não fazem essa leitura nas escolas. Diz ao Vereador Ary que não vai dormir com a consciência tranquila, não por se arrepende do seu voto, e sim por saber que o voto positivo não daria o resultado que o colega

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



queria. Informa que a Lei 5700 obriga que o Hino Nacional seja cantado uma vez por semana nas escolas. Então, pergunta ao Vereador Diogo se isso é cumprido. / **Diogo Pereira Lube:** — Responde que nas escolas particulares onde trabalha o hino é cantado sim, às terças e quintas-feiras, mas não tem conhecimento quanto às escolas públicas, inclusive diz que é preciso fiscalizar isso. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Deixa claro que, enquanto estudava na São Camilo, raríssimas vezes o Hino Nacional foi cantado. Portanto, avalia que essa seria mais uma lei que não teria eficácia em Cachoeiro. Afirma que, com dor no coração, votou contra o projeto por saber que os inúmeros professores católicos e evangélicos não fazem essa leitura, não por conta da existência de uma lei que os proíba, mas por falta de confiança naquilo que dizem crer. / **Diogo Pereira Lube:** — Informa que o mesmo Karl Marx, que o Vereador Delandi, erroneamente, disse que tem um livro que ensina a fazer revolução, é um sociólogo que fala sobre socialização primária. Registra que é a família quem insere o ser humano dentro da religião. Admite que não tem capacidade para interpretar nem explicar em sala de aula o versículo de Gênesis que fala sobre as filhas de Ló, que o embebedaram e o estupraram para que fosse dada continuidade à espécie. Pergunta se não seria bem pior ter que falar de incesto em sala de aula para crianças de quinta série. Frisa que não professa a sua fé na escola por achar que aquele não é o local pertinente para isso, já que a fé é algo individual, é de livre iniciativa de cada um. Ressalta que não compete ao professor fazer proselitismo em sala de aula sobre religião. Indaga se pode ir a uma igreja pedir para que seja falado sobre a Teoria do Big Bang. Destaca que cada instituição da sociedade tem o seu papel muito bem definido. Portanto, enfatiza que o professor tem o papel de educador e de dar continuidade ao que a família faz; porém, não pode interferir nos valores da família e da igreja. Deixa claro que não é pai, pastor nem diácono do filho de ninguém, e sim educador. Menciona que, como professor de história, usa a Bíblia quando diz, por exemplo, que Moisés liderou uma fase dos hebreus que foi o Êxodo e que a saída do deserto durou quarenta anos, ou quando fala do pentateuco, dos juízes, de Sansão, de Débora e de Gideão. Concorda que a Palavra de Deus tem que estar em todos os lugares, mas não concorda que digam que quem votasse contra o projeto não acreditava na Bíblia. Informa que a sua consciência está muito tranquila, porque o seu papel na Câmara é ser vereador e ter responsabilidade com as leis, mesmo que, às vezes, isso vá contra o seu valor individual, ao que a Dona Antônia e o Sr. Gercy lhe ensinaram desde pequeno. Frisa que o Professor e Vereador Diogo Lube tem uma função social, mas o que ele faz em casa, com a sua filha e a sua noiva é problema dele, e ninguém tem que interferir. Pede que haja menos juízes e mais amor, pois isso também foi ensinado por Jesus Cristo, por Gandhi, por Buda, por Maomé e por outros pensadores que pregavam a paz. Portanto, justifica que o seu voto foi como educador que segue o modelo da LDB, já que não vai à igreja de ninguém dar pitaco em sermão ou homilia, até porque não domina essa parte, mas frisa que de educação entende muito bem. / **Delandi Pereira Macedo:** — Fala da importância da Bíblia Sagrada no desenvolvimento do caráter do ser humano. Agradece a Deus por não ter feito nenhuma inserção de dúvida, de caráter ou de julgamento de qualquer um que pudesse votar contra ou a favor desse projeto. Enfatiza que estará sempre em defesa da Bíblia Sagrada, seja em qualquer circunstância ou ambiente, porque conhece a eficácia da Palavra de Deus, independente de quem vai lê-la. Lembra que o projeto não fala de explicação, e sim de leitura da Bíblia. Avalia que não importa quem faz a leitura, e sim que a Palavra de Deus seja lida, pois certamente ela terá eficácia. Diz que está tranquilo com a sua votação e lamenta que os homens e mulheres não consigam identificar a eficiência da Palavra de Deus. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Concorda com as palavras dos Vereadores Juninho e Marcelo e também em parte com o discurso do colega Diogo. Lembra que o projeto só falava da leitura da Bíblia, mas, quando se trata de religião, o assunto se estende, basta ver que já vai dar oito horas da noite e ainda estão discutindo esse mesmo assunto. Assim, diz que, a seu ver, se uma pessoa fanática por alguma

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



religião estiver em sala de aula, a briga começará entre os próprios cristãos. Registra que, como devoto de Maria, ficaria chateado se seu futuro filho chegasse em casa dizendo que ouviu na escola que Maria não era tudo aquilo que significava para ele, assim como acredita que um evangélico ficaria chateado se o professor insinuasse alguma coisa que fosse contra ao pensamento dele. Portanto, deixa claro que o seu voto não foi contra a leitura da Bíblia. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Diz-se muito feliz por ter votado “sim” a esse projeto, porque realmente gostaria que os seus filhos escutassem na escola a Palavra do Senhor, o que eles inclusive ouvem em casa e na igreja. Registra que a sua defesa não era no sentido de obrigação da leitura, e sim porque acha que muitas pessoas precisam ouvir a Palavra de Deus. Reconhece que o projeto, caso fosse aprovado, poderia esbarrar em inconstitucionalidade; porém, frisa que não teria coragem de votar contra essa matéria. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Lembra que o Professor Diogo Lube disse que não é proibido ler a Bíblia nas escolas. Salienta que o projeto falava em imposição, quando a Bíblia diz que as pessoas devem ir a Deus, já que elas têm o livre arbítrio. Então, repete que não é proibido ler a Bíblia nas escolas, basta quererem fazer isso. Frisa que quem votou contra o projeto não é contra a leitura da Bíblia. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Registra que o aumento de IPTU em Cachoeiro é o assunto das redes sociais. Inclusive conta que foi publicado que o Vereador Amom, da Câmara de Manaus, prometeu ir à Justiça, e o reajuste de IPTU foi suspenso lá; portanto, destaca que o Poder Legislativo tem força. Comunica que amanhã, a partir das 9:00 horas, estará na Câmara para atender à equipe da TV Gazeta e convida os vereadores que quiserem a também se fazerem presentes. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Redatora de Atas. _____